

RESENHAS

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2008, 276 p.

Antonio Luigi Negro

Professor de História na Universidade Federal da Bahia; doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas e bolsista do CNPq e Capes

É proveitoso o encontro entre Antropologia e História. E este é mais um caso em que uma indagação simples – qual a história dos trabalhadores que construíram Brasília entre 1957 e 1960? (p. 24) – origina excelente livro. *O capital da esperança*, de Gustavo Lins Ribeiro, é atual e interessante não só porque a capital brasileira é hoje cinquentona. Ao revelar o peso, a presença e a força dos trabalhadores – e ao perseguir o objetivo de conhecer o modo “como os trabalhadores são tratados em determinada sociedade” (p. 22) –, o autor atinge resultados decisivos para conhecermos o Brasil contemporâneo e seus dilemas.

Dissertação de mestrado em Antropologia orientada por Lygia Sigaud há cerca de 30 anos, afinal publicada, a obra reflete característica produção do Museu Nacional – na qual encontram-se (dentre outros) a própria Lygia Sigaud, Moacir Palmeira, José Sérgio Leite Lopes –, cujas pesquisas, partindo de etnografias em Pernambuco, superaram o enfoque negativo dado às origens sociais do operariado brasileiro. Com isso, como diz o autor, é possível que a antropologia brasileira fizesse “estudos subalternos” antes mesmo de os indianos serem notados por isso (p. 14).

Nos seus quatro capítulos (Os trabalhadores, O acampamento, O trabalho, Os conflitos), é demonstrada ao leitor a dramática e complexa experiência dos trabalhadores na construção da nova capital. À superexploração e ao desrespeito da força de trabalho – o que é em certa medida interiorizado pelos trabalhadores –, são contrapostas, em detalhes, a aguda percepção e a prática de resistência desses mesmos trabalhadores. As quase mitológicas visitas de JK (p. 189) – em que o presidente comparecia esbanjando seu entusiasmo – são destrinchadas pela leitura que Ribeiro faz do livro de Juscelino, *Por que construí Brasília*.

Mas sua pesquisa situa não só a ciência da dominação que o presidente sabia exercer. Ela igualmente aponta para a capacidade de leitura dos acontecimentos que os trabalhadores possuíam, seja para a barganha, seja para informar uma postura crítica. Em terceiro lugar, à migração sertaneja (longe de São Paulo) e à imobilização dos trabalhadores nos acampamentos seguiu-se a segregação dos construtores de Brasília do território da cidade quando foi inaugurada. Mas esses mesmos construtores ocuparam terras e fizeram nascer novas cidades, presença que incomodou até mesmo a ditadura do pós-64. Por sinal, eis outro motivo que sustenta a atualidade do livro: não só seu autor enriqueceu a perspectiva da pesquisa sobre grandes projetos (estradas, usinas, minérios, açudagem), indo além das fronteiras nacionais brasileiras no doutorado, como também esses grandes projetos possuem hoje uma enorme importância para as questões contemporâneas do desenvolvimento com justiça social e preservação tanto da natureza quanto dos povos indígenas.

Quanto à sua sustentação nas vidas humanas, o modelo de grande projeto usado para erguer Brasília as consumiu de modo a descartá-las. Em primeiro lugar, o livro mostra que as jornadas de trabalho foram excessivas e ilegais. Os operários trabalhavam muito além das – excepcionais e provisórias – 12 horas diárias permitidas pela lei. Além disso, as constantes viradas de turno ocorriam “totalmente fora de qualquer legitimidade jurídica” (p. 162). As viradas se ligavam a um sedutor mecanismo de exploração, a “tarefa”, pela qual os trabalhadores se autorregulavam em regime de empreitada, produzindo com “amor mesmo” (p. 175). A isso se acrescia a naturalidade com que era praticado o serviço noturno, sem diferença com o dia. Tudo somado, mais a pressa, ocorreu a “dilapidação da força de trabalho dos operários”, que passavam “a estar cada vez mais sujeitos a acidentes em uma obra que não primou pela segurança” (p. 165).

Quando Ribeiro passa a relatar casos de esgotamento dos trabalhadores, no capítulo 3, mas também adentrando a resistência operária no capítulo 4, é possível perceber a insinuação da questão dos trabalhadores desaparecidos na democracia. Um operário que recorreu continuamente a estimulantes para aguentar o seu serviço “chegou a um ponto em que passou a ter sérios problemas nervosos quando caía repentinamente no solo, sem ação. Foi aposentado por invalidez” (p. 157). É nesse ponto que mais um mérito do livro se evidencia: a recuperação dos trabalhadores para a história de Brasília para além do heroísmo estóico e da amizade do candango com JK. Os inúmeros casos de invalidez, lesões, “nervosismo”, adoecimento e morte – no decorrer das obras ou no decorrer de suas vidas – fragilizaram a pouca capacidade dos grupos subalternos de inscreverem suas narrativas no registro histórico, jornalístico ou memorialístico. Sem saúde,

sem força, sem vida, esses trabalhadores desapareceram (e com eles sua presença na história). O quadro dos desaparecidos se agrava, em segundo lugar, com a alta frequência de acidentes letais. Em certas ocasiões, os corpos eram “cobertos com lonas e retirados apressadamente do local para não criar um ambiente de comoção entre os operários”. Muitos desses falecidos estavam na obra do “28”, isto é, na construção do anexo do Congresso. Há indícios de que corpos foram despejados – talvez sem sepultamento – em valas comuns. A produção não parava nunca: Brasília era zoada e agitação, dia e noite. Enquanto isso, os trabalhadores dispunham-se (ou forçavam-se) a “aguentar” o serviço temendo os riscos de se “arrebentar” (p. 168).

Sem consideração pelos mortos, o grande projeto também desconsiderava os vivos. Afora a superexploração, a contenção empreendida pela Guarda Especial de Brasília se responsabilizava por aterrorizar o cotidiano de trabalhadores que, praticamente, afora produzir, apenas repousavam e se alimentavam. Não havia folgas, feriados, férias – nem domingos. Para as tensões existentes tanto na obra quanto nos raros momentos de não-trabalho, em acampamentos em que se confinavam solteiros ou casados desacompanhados de suas famílias, a polícia era tida pelas autoridades como fundamental; em particular para reprimir. “Ali tinha um quartel”, apontou um servente. “Que eu trabalhava perto dele ouvia era os berro de noite. Que era os nego na chibata” (p. 215). Vale notar ainda o episódio em que essa polícia especial extrapolou seus limites de violência no carnaval de 1959, quando, chamada a intervir num protesto em uma construtora, seus soldados espancaram diversos manifestantes “e mataram pelo menos um” (p. 228).

Em plena democracia, a nova capital da República era um território livre de direitos trabalhistas. Nem o Ministério do Trabalho (Poder Executivo) nem a Justiça do Trabalho (Judiciário) estavam lá. Esta ausência era motivada pelo afã do governo em ver a cidade inaugurada dentro do prazo do mandato de JK, o que acabou “por favorecer, propositadamente ou não, uma situação em que a população trabalhadora está praticamente à mercê do ritmo intenso de trabalho” (p. 206).

Os trabalhadores – candangos privados de cidadania – ansiavam por algum tipo de reciprocidade com o governo ao término das construções. As ilegalidades e o exaurimento das horas extras, os sacrifícios e favores prestados para que tudo saísse direito, as relações pessoalizadas que o próprio JK alimentava em suas rondas, e a ideologia de serem soldados do progresso numa terra afirmada como “vazia” de gente alimentaram expectativas de uma retribuição quando da inauguração. Até esta ocasião, eles já davam mostras de que, seja qual fosse o destino dado às suas expectativas, este conviveria com a persistência das “invasões”. Foi, segundo Ribeiro, a questão habitacional aquela capaz de aglutinar

“o maior número de trabalhadores, levando-os a se organizar em entidades diversas, com processos de escolha de lideranças e estratégias de atuação”. Aí, os partidos políticos “passaram a fazer parte, muitas vezes explicitamente, dos diversos movimentos” (p. 201). E é claro que esse fenômeno repercute, até hoje, nas eleições do Distrito Federal.

É um livro duplamente corajoso. O autor foi preso em 1977 por suas posições políticas, animadas de marxismo. Publicar a dissertação resultante desse tempo é um segundo ato de coragem, não só porque se desmancharam as certezas providenciadas pelas esquerdas no degelo da ditadura. No capítulo 3, um leitor menos inteirado da abordagem de Ribeiro poderá criticá-lo por pretender enxergar mais e melhor que os sujeitos sociais, dada sua posição no campo acadêmico. No capítulo 4, o tratamento dado aos protestos e lutas dos trabalhadores denota uma forma de concebê-los em que há episódios ocupando o topo de uma linha evolutiva.

Até que ponto é possível equilibrar um modelo desenvolvimentista, que altera as perspectivas das populações nativas ou locais (internamente diversificadas), com as necessidades tanto de respeito aos grupos subalternos quanto de crescimento sustentável? Essa é uma pergunta cuja resposta o livro ajuda a formular. Este indica a procedência de considerar com zelo o alto preço cobrado pelo “progresso” do nacional-desenvolvimentismo. Ontem e hoje.

Recebido: 26/10/2010 – Aprovado: 02/03/2011